

Reflexões sobre a internacionalização da língua portuguesa nos países vizinhos dos PALOP

Reflections on the internationalization of the Portuguese language in the PALOP: paths and challenges

Alexandre António Timbane

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

<http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

alextimbana@hotmail.com

RESUMO

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa têm um contexto muito complexo lusofonicamente falando, uma vez que estão ilhados geograficamente. Não existe nenhum PALOP que tenha um vizinho com a mesma língua oficial. Pelo isolamento e interesses acabam se filiando a outras organizações mais próximas como Commonwealth e francofonia. Esta pesquisa visa analisar os contextos da internacionalização da LP em países vizinhos dos PALOP. Especificamente, a pesquisa debater as relações linguísticas e suas políticas linguísticas nas interações entre os vizinhos dos PALOP. Explicar as razões da fraca ou da inexistência da internacionalização da LP e propor caminhos para uma internacionalização mais eficaz. É uma pesquisa bibliográfica e documental visando fazer um levantamento de materiais sobre a temática para além de criticar o papel dos PALOP na difusão na África. Da pesquisa se conclui que nos PALOP não há políticas linguísticas enquanto organização e nem há incentivo por parte dos outros lusófonos para que isso aconteça. Os poucos casos de ensino da LP em países vizinhos provêm do esforço e interesse dos governos locais e há falta de condições financeiras para que isso aconteça de forma mais sistemática e eficiente.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Políticas Linguísticas; Vizinhos; PALOP

ABSTRACT

The Portuguese Speaking African Countries have a very complex context lusophonically speaking, as they are geographically isolated. There is no PALOP that has a neighbor with the same official language. Due to their isolation and interests, they end up joining other closer organizations such as the Commonwealth and Francophonie. This research aims to analyze the contexts of LP internationalization in neighboring countries of the PALOP. Specifically, the research debates the linguistic relationships and their linguistic politics in the interactions between the neighbors of the PALOP. Explain the reasons for the weak or non-existence of LP internationalization and propose paths for a more effective internationalization. It is a bibliographic and documental research aiming at a survey of materials on the subject in addition to criticizing the role of the PALOP in diffusion in Africa. From the research, it is concluded that in the PALOP there are no linguistic policies as an organization, nor is there any incentive from other Portuguese speakers for this to happen. The few cases of LP teaching in neighboring countries come from the effort and interest of local governments and there is a lack of financial conditions for this to happen in a more systematic and efficient way.

Keywords: Portuguese language; Language Policies; Neighbors; PALOP

1. Introdução

Os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) constituem uma comunidade composta por cinco países ex-colônias portuguesas que são: Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. A Guiné-Equatorial não foi colônia de Portugal oficialmente reconhecido¹, mas entrou recentemente no grupo dos PALOP. Esses países fazem fronteira com países anglófonos e francófonos, o que faz com que haja relações linguísticas próximas. As línguas oficiais faladas pelos países vizinhos se tornam línguas estrangeiras modernas na educação. Esta atitude se torna uma lei de sobrevivência porque o isolamento linguístico causa problemas na integração e nas relações econômicas e políticas.

Olhando para o mapa da localização dos PALOP observa-se que fazem fronteira com os seguintes países: África do Sul, Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia (fronteira com Moçambique), República Democrática do Congo, a Zâmbia e Namíbia (fronteira com Angola), Senegal e Guiné-Concri (fronteira com a Guiné-Bissau), Camarões e Gabão (Guiné-Equatorial) e São Tomé e Príncipe e Cabo verde são ilhas.

As regiões de fronteira são **o berço da internacionalização** das línguas faladas nos países vizinhos. Esse processo só se efetiva quando houver políticas linguísticas em ambos os vizinhos. Mesmo quando há políticas linguísticas, as populações da região de fronteira estabelecem relações que permitem o uso e troca de saberes linguísticos, porque as fronteiras geopolíticas são deferentes das fronteiras econômicas, sociais e culturais. Em muitos casos, a partilha de África realizada em 1884/1885 na Conferência de Berlim não respeitou as identidades socioculturais dos povos. Esses povos que ficaram de outro lado da fronteira têm relações de parentesco dependendo uma da outra.

É nessa senda que entra em jogo a necessidade de contato por meio da língua africana ou ainda da língua oficial da língua do país vizinho. Entre povos vizinhos há relações de parentesco, há relações comerciais e culturais para além de relações meramente linguísticas. É justamente isso que acontece com oportunhol (entre Paraguai, Argentina e o Brasil), espanhol (ANGONE, 2016) entre outros contextos. O contato linguístico segundo Frenette et al. (2018), Pitton (2018) ou ainda Calvet (2021) é fundamental para a sobrevivência desses povos fronteiriços para além de permitir que a consolidação das etnias isoladas pela decisão geopolítica. De acordo com Pitton

A situação na fronteira linguística leva a interpretar o bilinguismo tanto como uma característica local (autenticidade) como uma exigência do mercado (atingir a população das duas comunidades linguísticas). O bilinguismo torna-se assim uma forma de interpretar a fronteira linguística de uma perspectiva mais económica, como distinção e / ou serviço, ao

¹ A passagem dos portugueses pela Guiné-Equatorial é datada de 1471 que deixaram marcas linguísticas como é o caso do crioulo de base lexical portuguesa. Os portugueses deixaram marcas da escravização com o estabelecimento de postos de tráfico de escravizados.

contrário da política que, pelo princípio da territorialidade, antes defende a separação das línguas (PITTON, 2018, p.18, tradução nossa).

No caso dos povos vizinhos dos PALOP há um conhecimento linguístico mútuo em língua africana ou ainda em língua oficial. É justamente neste ponto em que os PALOP aproveitariam internacionalizar a LP buscando a sua expansão e apoiando o ensino e a consolidação da LP além-fronteiras. A localização estratégica dos PALOP seria um bom incentivo para a internacionalização da LP se pensássemos na língua como meio de comunicação e de estabelecimento de políticas econômicas e políticas. Daí que se questiona de que forma os PALOP internacionalizam a LP com os seus vizinhos? Nos PALOP não há políticas linguísticas em prol da internacionalização da LP, muito menos das línguas autóctones; Os PALOP não possuem recursos podem proporcionar uma internacionalização do português mais robusta; Os PALOP ainda não sentem a LP como sua língua, daí o preconceito com a relação à variedade.

A pesquisa analisa os contextos da internacionalização da LP em países vizinhos dos PALOP. Visa debater as relações linguísticas e suas políticas linguísticas nas interações entre os vizinhos dos PALOP; explicar as razões da fraca ou da inexistência da internacionalização da LP e propor caminhos para uma internacionalização mais eficaz. O estudo é relevante porque despertará interesse na necessidade de estabelecimento de políticas linguísticas e públicas que favoreçam a internacionalização da LP na África, dando oportunidade para que haja parcerias solidárias entre os PALOP e seus vizinhos.

O artigo inicia analisando a complexidade de isolamento geolinguístico de um país e a necessidade de filiação indevida para a sobrevivência. Seguidamente, o texto debate a expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP e as políticas da internacionalização da LP. Apresentam-se de forma particular como cada PALOP se localiza geograficamente e as relações com LP com país vizinho.

2. O Isolamento geolinguístico e a lei de sobrevivência nos PALOP

Os povos das regiões fronteiriças vivem o bilinguismo na sua essência conceitual e pragmático. Normalmente são povos falantes de línguas diferentes, mas que um precisa da língua do outro para sobreviver ou para estabelecer relações de qualquer forma. Segundo Pitton (2018, p.28) “se o bilinguismo é usado para **vender** a fronteira, porque permite a comunicação por meio da separação, a fronteira continua a ser essencial na definição e na marcação do bilinguismo.” O bilinguismo não é prejudicial, mas sim o socorro para estabelecer a comunicação com o outro que está de outro lado da fronteira. A língua é portadora de cultura e, como tal, é de grande interesse para a geografia política,

no que se refere à sua distribuição espacial. É na língua onde se encontram as interpretações semânticas da língua, assim como a interpretação do mundo.

Alguns países adotam estratégias políticas para estabelecer parcerias linguísticas com outras nações. O primeiro aspecto a marcar é que as fronteiras políticas são diferentes das fronteiras culturais e sociais. Para a presente pesquisa está clara a ideia de que a lusofonia é um termo meramente político e não linguístico porque se assim fosse, Cabo Verde seria crioulófono e não lusófono. Se a fonia “o som” dos cabo-verdianos é o cabo verdiano como se justifica que tenha a LP como oficial? A resposta se encontra na política linguística que estabelece o lugar de cada língua em Cabo Verde.

Por outro lado, como se justifica um país bantófono como Moçambique, sob o ponto de vista da “fonia” pertence à Commonwealth. Esta organização é uma associação de 54 países que trabalham em prol de objetivos comuns de prosperidade, democracia e paz. A língua oficial da organização é o inglês. Na CPLP, Moçambique é o único que se filiou. A resposta se encontra na política linguística. Como se justifica países como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau fazem parte da francofonia? Mais uma vez a resposta está na política linguística. E como esses PALOP internacionalizam a LP nessas organizações internacionais? Não há notícias de algum esforço. Mas entende-se que seriam potenciais impulsionadores da expansão da LP. Tudo indica que não há políticas para fomentar o ensino e expansão do português nesses países membros dessas organizações. Entende-se que os PALOP se filiam a essas organizações com intenções muito bem definidas e que essas intenções não incluem a LP.

A presença dos PALOP nessas organizações se justifica pela sobrevivência devido ao isolamento linguístico a que estão inserido. A ideia de Portugal com o Mapa Cor-de Rosa talvez tinha o objetivo de evitar o isolamento entre Moçambique e Angola. Os interesses econômicos, políticos e culturais são frequentes em países africanos. A oficialização de 3 línguas europeias por parte da Guiné-Equatorial demonstra esse interesse que na visão desses estados como vantagem para sobreviver num mundo globalizado em que as línguas europeias são instrumentos de poder econômico.

3. A expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP: Os países vizinhos de Moçambique e sua relação com a LP

Moçambique faz fronteira com 6 países, a saber: a norte Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbábue, a África do Sul e a Suazilândia; a sul, a África do Sul. A LP tem influenciado em grande medida nas diversas línguas faladas em países vizinhos dos PALOP. O português é falado na África do Sul devido às relações históricas com Moçambique. A África do Sul,

sendo um país mais desenvolvido na África Austral, recebe muitos moçambicanos que e angolanos que vão trabalhar nas minas e em diversas profissões. Quando houve expulsão dos portugueses em Moçambique no ano de 1974, muitos deles se refugiaram-se para a África do Sul e levaram consigo a LP. Por isso que tem uma comunidade portuguesa muito grande naquele país.

A guerra moçambicana (entre os partidos FRELIMO e RENAMO) da luta pela democracia durou 16 anos e provocou o deslocamento de muitos moçambicanos para Reino de Swatini, para República de África do Sul e Zimbábue. Nessa deslocação a LP jamais é esquecida. A LP está em rápido crescimento na África do Sul, especialmente nas zonas fronteiriças como Namaacha, Ressano Garcia e Ponta de Ouro havendo moçambicanos vivendo em Moçambique, mas deslocando-se diariamente para África do Sul diariamente. O Português é aprendido na África do Sul como língua estrangeira, tanto no ensino secundário quanto no ensino superior.

De lembrar que a África do Sul é um exemplo importante de política linguística na África uma vez que oficializou 11 línguas, segundo a Constituição da República daquele país em seu artigo 6º capítulo1. (BOSTOCK, 2018). As universidades Sul-africanas têm cursos de língua portuguesa. Um estudo dos professores Barnes e McDuling (2008) da Universidade de África do Sul apontam que em 1991, o português era falado por mais de 48 mil pessoas como língua materna. A maioria dos usuários de LP eram imigrantes oriundas de Portugal, Angola e Moçambique.

O Zimbábue, segundo Makoni (2011) também tem falantes de português, a maioria são moçambicanos imigrantes e deslocados de guerra civil ocorrida durante 16 anos em Moçambique. No Zimbábue, o português é ensinado como língua estrangeira junto com o francês e o mandarim, segundo Gora (2017). A existência de línguas africanas comuns entre o Zimbábue e Moçambique aproximam esses povos, o que de certa forma contribui para casamentos entre moçambicanos e zimbabueanos. As línguas comuns entre os dois países são: cindau, cichona e xichangane.

No Malaui, países vizinho de Moçambique tem uma a situação sociolinguística semelhante com a de Zimbábue. O português é aprendido como língua estrangeira e é bastante falada nas zonas fronteiriças. A tese de Matiki defendida em 2001 demonstra essas relações íntima e, sobretudo linguística entre os povos de Malaui e de Moçambique até que porque as línguas ciyao, cisena cimakonde, citonga são faladas nos dois países. Os limites linguísticos são diferentes dos limites geopolíticos. As zonas fronteiriças são o berço da expansão e crescimento do português na África Austral.

As relações entre Tanzânia e Moçambique são seculares. Foi em Tanzânia onde os moçambicanos tiveram a preparação militar para a luta armada contra o colonialismo português nos anos 60. É lógico que esse contato entre tanzanianos e moçambicanos deixou resquícios do português para além do suahili (NGONYANI, 1995) que é uma língua comum nos dois contextos. A LP continua sendo a língua a língua estrangeira em algumas universidades tanzanianas. Enquanto a LP

se internacionaliza, em Moçambique se observa um grande crescimento de falantes como língua materna:

Quadro 1

Falantes de línguas bantu e português como língua materna em Moçambique

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Bantu	98,8	93,5	89,3
Português	1,2	6,5	10,7

Fonte: INE apud Timbane (2013, p.36)

Os dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique realizados em 1980, 1997 e 2007 mostram um crescente número de falantes de português como língua materna, resultado de políticas linguísticas estabelecidas desde 1975, ano da proclamação da independência. Contrariamente a essa tendência, as LB decrescem caminhando para o perigo de extinção ao longo dos tempos, especialmente nas zonas urbanas.

A pesar de Moçambique ser o PALOP com mais países vizinhos, na sua política linguística não exerce nenhum poder com relação aos outros países vizinhos. Não há política de incentivo, aos vizinhos, não há colaboração com os vizinhos para que a internacionalização da LP seja mais eficiente. Jamais houve debate público sobre o apoio linguístico, mesmo para Tanzânia que foi o maior aliado na luta contra o colonialismo.

4. A expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP: os países vizinhos de Angola e sua relação com a LP

Estudos mostram que a LP chegou em 1491 com os exploradores que estabeleceram contatos e estabeleceram a religião cristã, tendo realizado acordos com o Rei de Kongo. Angola faz fronteira com este país por meio da Província de Cabinda. Angola faz fronteira a norte com a República do Congo. Vejamos a situação linguística do país:

Quadro 2
Línguas da República do Congo

Categoria A		Categoria B	Categoria C	Categoria D
Línguas materna		Línguas nacionais	Língua oficial	Línguas estrangeiras
Kiboa	kilega	lingala	francês	inglês
Mashi	kitembo	kiswahili		alemão
kihembá		ciluba		português
kivira	otetela, etc	kikongo		italiano

Fonte: Kabale (2021, s.p.)

Como se pode observar no quadro 2, o francês é a única língua oficial, no meio em tantas línguas africanas faladas pela maioria dos congoleses. Felizmente, o país tem uma política de acolhimento do português como língua estrangeira, que é ensinado especialmente nas universidades. Uma pesquisa de Kiamba (2007) que analisava a situação da educação naquele país levanta a relevância de ensino em línguas locais nos estabelecimentos de ensino, valorizando as línguas autóctones.

Se queremos um desenvolvimento endógeno, tal como Ki-Zerbo afirmava, África precisa pensar nas suas línguas. Ki-Zerbo afirma: “Não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, com objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total.” (KI-ZERBO, 2006, p.152). A internacionalização da LP nas relações entre Angola, especialmente na província de Cabinda e a República de Congo é fraca. As negociações entre os dois países abrangem o nível económico, político e cultural, mas jamais envolve a expansão e ensino da LP.

5. A expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP: República Democrática do Congo (RDC)

Contrariamente ao Brazaville, Kinsasha teve relações políticas muito fortes com Angola e com Portugal. O estudo de Velez (2015) analisa “as Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)”. A partir do final do século XV, a Língua Portuguesa entrou em contacto com uma vasta população de língua Kikongo, visto que foi em 1482 que Diogo Cão chegou à foz do rio Congo, hoje Zaire. Do lado português, os agentes deste contacto eram principalmente missionários e comerciantes, mas também funcionários públicos, professores, militares e artesãos. A evangelização por capuchinhos italianos, vemos que a língua portuguesa mantém sua posição privilegiada na RDC.

De acordo com Makita (2013), na RDC existem quatro línguas principais: o kituba (kikongo), o lingala, o swahili e o tshiliuba. O autor desenvolveu um estudo exaustivo sobre os contextos sociolinguístico da RDC incluindo a política e o planeamento linguístico, mas nada faz alusão com

relação à LP. As análises das leituras nos levam a concluir que o português apenas se faz sentir na zona fronteiriça com Angola, mas de forma natural e sem pressão da Política Linguística. A RDC compartilha com Angola uma fronteira terrestre de 2.511 km, o que faz com que os povos das regiões de Banana, Boma, Kwit, Tshikapa e Kolwezi possam interagir com angolanos e vice-versa. As províncias de Zaire, de Uíge, Lunda Norte e Lunda Sul fazem fronteira com a RDC. O português desempenhou nas zonas fronteiriças com a RDC um papel importante, assumindo o estatuto de língua franca desde a costa africana até a atual RDC.

c) A Zâmbia faz fronteira com 7 países: 2 lusófonos (Moçambique e Angola) e 4 anglofonos (Tanzânia, Namíbia, Zimbábue e Malaui) e 1 (RDC) francófono. Tem muitos angolanos e Moçambicanos na Zâmbia, ambos povos imigrantes chegados devido à busca de emprego ou mesmo fugindo das guerras nos seus países. O Governo zambiano viu-se obrigado a conceder o ensino da LP devido à existência de muitos lusófonos habitando o país. Dependendo da fronteira, a Zâmbia recebe influência oficial, o inglês. É a língua de ensino. Segundo Banda e Mwanza (2017) a educação é a base do desenvolvimento e a escolha da língua é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. Observa-se que na Zâmbia o inglês é língua oficial. O português é língua de comunicação nas zonas fronteiriças com Moçambique e Angola. Zâmbia faz fronteira com Moçambique e Zâmbia,

d) A Namíbia faz fronteira com Angola. O país estabeleceu uma política linguística que ajuda na internacionalização da LP. O Ministério da Educação (*Ministry of Basic Education, Sport and Culture*, 2003), elaborou Diretrizes que apoiam o ensino da LP no primeiro nível de ensino, mas também é ensinada como língua estrangeira.

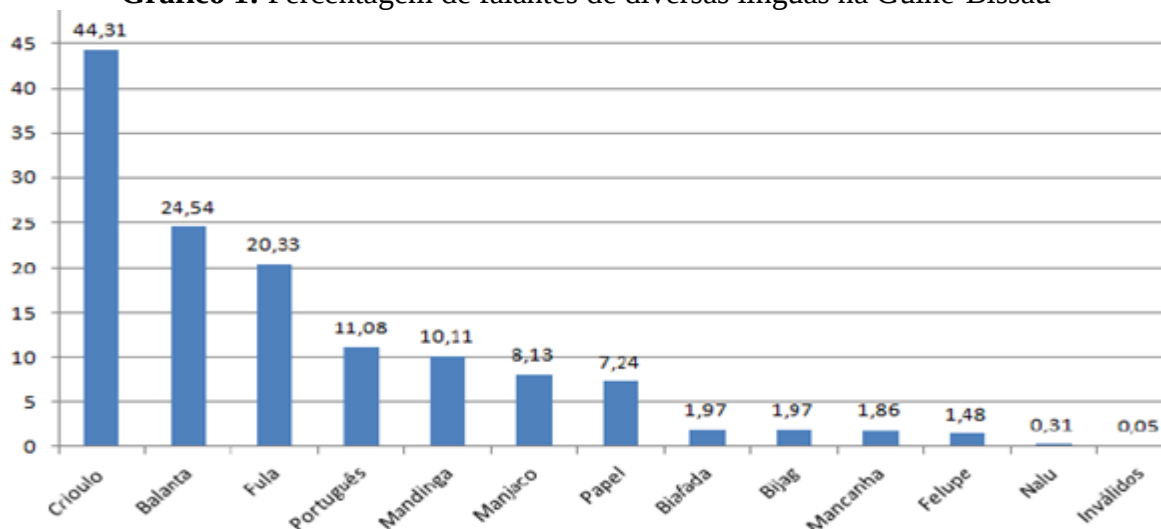
6. A expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP: Os países vizinhos da Guiné-Bissau e sua relação com a LP

A Guiné-Bissau tem mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli, susso, cada um com a sua língua. Dessa forma, o país apresenta uma vasta diversidade linguística e cultural. O crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial. (NAMONE, TIMBANE, 2017, p.43). Para além do português que é uma língua de origem europeia, os guineenses falam o francês (5,1%), o inglês (2,9%), o espanhol (0,5%) e o russo (0,1%), segundo INE/GB (2009). Uma das razões da inclusão destas línguas é a localização geográfica da Guiné-Bissau e o interesse na política linguística. A Guiné-Bissau faz fronteira com países anglófonos e francófonos, o que

favorece a comunicação com outros países e nações. A ideia é de realizar intercâmbio com outras nações pelo mundo, mas com especial atenção aos países que fazem parte da África Ocidental.

O país apresenta várias línguas, das quais o crioulo é a mais falada – por cerca de 40%, segundo Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, realizado pelo Instituto Guineense de Estatística e Censo. Entretanto, o português tem estatuto de língua oficial e do ensino, embora seja falado por 11% da população, segundo o recenseamento acima referido (NAMONE, TIMBANE, 2017, p.43) .

Gráfico 1: Percentagem de falantes de diversas línguas na Guiné-Bissau



Fonte: Namone e Timbane (2017, p.51)

O Gráfico 1 mostra que há 44,31% de pessoas que falam o crioulo. Esta é uma prova contundente da importância do crioulo no contexto guineense. Um dos insucessos do português (11,08%) de falantes como segunda língua prova que a política linguística deve mudar a sua visão com relação ao crioulo (NAMONE, TIMBANE, 2017, p.51). Nas escolas, os professores se esforçam em pronunciar tal como em Portugal, ensinam na base de uma gramática e dicionário elaborados por portugueses o que de certo fica encarada a variedade europeia do português. Essa atitude desconsidera a variedade local que se manifesta no cotidiano.

O português é uma das línguas faladas no Senegal graças ao impacto da Guiné-Bissau. Historicamente, o Senegal teve a colonização portuguesa no século XV, até porque surgiu um crioulo de base lexical portuguesa. Desde 1961, o português é língua de ensino em diversos sistemas de ensino e com mais divulgação na região fronteiriça com a Guiné-Bissau. Tanto o guineense (crioulo da Guiné-Bissau) e o português são falados no Senegal. A Universidade Sheikh Anta Diop em Dacar inaugurou em 2006, um grande centro de língua portuguesa pertencente ao Instituto Camões cuja função principal é difundir o português no país.

A cooperação Portugal e Senegal é muito forte em Senegal, tal como mostram os estudos apascentados no “Colóquio Internacional do Ensino Recíproco do Francês e do Português na África Ocidental.” (Université Cheikh Anta Diop, 2004). Labrune-Badiane (2013) analisa que o português no Senegal e especial no Casamansa foi mais difundida e expandida pelos afro-portugueses, Cabo Verdianos e portugueses. Os casamentos e o interesse econômico contribuíram para o avanço do português na África Ocidental.

A Guiné Conacri faz fronteira com a Guiné-Bissau ao Sul e Leste. Há compartilhamento de algumas línguas africanas: fula (33,4%) e mandinga (29,4%). O povo da Guiné-Bissau e o povo da Guiné-Conacri tem a mesma origem étnica e se separaram devido à partilha de África por parte das potências europeias na Conferência de Berlim em 1884/1885. Atualmente, para além das línguas africanas, os dois povos compartilham o francês e o português nas zonas fronteiriças. O estudo de Barry (2021) não relata casos específicos de ensino do português no país, mas sim as relações de complementaridade entre o francês e as línguas autóctones.

O francês é língua oficial, portanto, língua de ensino, da política, das publicações literárias e científicas e até de uso na mídia local. O árabe falado por 87% como língua da religião (BARRY, 2021) ocupa um lugar privilegiado para além das diversas línguas de origem africana. A fronteira entre a Guiné-Bissau e Guiné é de 386 km, mas não há uma interação mútua entre populações devido a dois fatores: a) é uma região floresta rica em madeira e em minérios e que vive tensões militares o tempo todo; b) as questões diplomáticas não conseguiram solucionar os problemas da delimitação deixados por França e Portugal na Convenção de 12 de maio de 1886.

7. A expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP: Os países vizinhos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e sua relação com a LP

Cabo Verde é um país insular localizado num arquipélago no Oceano Atlântico central. Não tem fronteira terrestre com nenhum país. As distâncias geográficas não permitem uma influência linguística mútua entre países. O São Tomé e Príncipe também é composta por ilhas esse localiza a 300 km da costa do Gabão. A internacionalização da LP nestes dois países se realiza por meio de formas artísticas e culturais. Uma vez que não têm fronteira terrestre a interação é feita por meio de outras formas artísticas e culturais. Não se pode falar de língua de fronteira e nem de contato.

A presença de crioulos que dominam nestes espaços faz com que o português sejam apenas língua do Estado, havendo desejo permanente para que as línguas locais tenham o seu devido espaço de uso em pé de igualdade com o português. Segundo Carvalho e Sá (2007), o deslocamento de cabo

verdianos para o mundo², nomeadamente na Holanda (5%), França (6,5%), Portugal (18,7%), Luxemburgo (1,8%), Canárias (1,1%), Brasil (0,3%), EUA (25%, outros (40%) é motivada pela busca de oportunidades académicas, de emprego para além de fatores sociais como o casamento.

Há mais cabo verdianos fora do que dentro do país. Esses imigrantes, para a além do crioulo que levam na bagagem linguística, incluem a LP constituindo assim, a fonte da internacionalização da variedade cabo verdiana do português além fronteiras. A presença de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em diversas organizações internacionais traz visibilidade à variedade cabo verdiana do português.

8. Sobre a Guiné-Equatorial e o impasse político na implementação da LP.

Este é o novo país na CPLP. Vários estudos ainda revelam fraqueza no avanço da LP neste país. Estudos de Leviski e Timbane (2020) revelam essa fragilidade especialmente no planeamento linguístico. Está sendo difícil gerir o espanhol, o francês e o português num espaço em que se concorre para diversas línguas autóctones: Língua fang (A75) ou feng, Língua bubi (A31) ou bube, Língua seki (B22b) ou beseki ou seké, Língua ngumba (A81) ou kwasio ou magbea ou mvumbo ou ngoumba, Língua gyele (A801), do grupo makaa-njen, Língua yassa (A33a) ou lyasa ou yasa, Língua Krio ou pichi ou Fernando Pó Creole Inglês e Língua Fá d'Ambô ou annabonense ou anobonesa (LEVISKI, TIMBANE, 2020, p.125-126).

Na Guiné-Equatorial ocorre o que o Professor Louis-Jean Calvet (em 2006) chamou literalmente de “A guerra das línguas” porque houve uma sede de oficializar várias línguas que por sinal não são usadas na prática. Entendemos que seja uma política linguística “ambiciosa” que não ajuda efetivamente à população equatorial-guineense. Esse receio também é apresentada pela pesquisadora Darrigol (2016) quando debate o estado das línguas daquele país. O espanhol salta a vista enquanto que as outras línguas oficiais ainda estão hibernadas ou mesmo usadas de forma tímida uma vez que há dificuldades no planeamento linguístico (CALVET, 2007; SEVERO, 2013). Cada uma dessas línguas oficiais quer o seu espaço, num mesmo povo e num mesmo país composto por pouco mais de 2 milhões de habitantes, de acordo com PopulationData.Net (2018).

O país faz parte da zona do Franco e a Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), bem como a Organização Internacional da Francofonia. Mas deseja estar na CPLP para expandir seus espaços de contato e acomodação, mesmo que a língua não seja relevante. O português é ensino no

² O estudo do sociólogo Pedro Góis (2006) defendido na Universidade de Coimbra aprofunda esse debate: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/5_PG.pdf/2fc2a5b7-4010-4f00-9e2f-c53ab8173742

ensino secundário do 1º e 2º ciclo e é língua de concurso para ingresso na universidade (tipo ENEM, no Brasil).

A presença da Guiné Equatorial na CPLP já cumpre a função principal da comunidade que é a internacionalização da LP. Não é possível falar em variedade equatorial-guineense do português porque nos parece que ainda nem tem falantes do português como língua materna e o planeamento ainda. A expansão da LP neste país durará muito tempo, porque até hoje, pouco ou nada se cumpriu com relação ao compromisso político firmado pelo país para ingressar na CPLP.

9. Considerações finais

Nos PALOP tem uma diversidade linguística. Estudos não afirmam com precisão quantas línguas e quantos dialetos existem. Não é possível quantificá-las sem definir primeiro o que são e não são línguas. É que em contextos africanos, a língua não é instrumento de comunicação, mas sim, é **a própria comunicação** e está intimamente ligada à **cultura**. Parece-nos mais lúcido buscar o relativismo linguístico (hipótese de Sapir-Whorf) que defende que as pessoas vivem segundo suas culturas em universos mentais muito distintos que estão expressos em diferentes línguas e que o estudo das estruturas delas levam-nos à elucidação da concepção do mundo que os circunda.

Se entendemos a língua como parte da cultura e por meio dela compreendemos a visão do mundo desse povo, então precisamos desenvolver pesquisas que possam resgatar as línguas em perigo de extinção colocando em evidência a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) da qual Angola é signatária.

Há duas perspectivas de internacionalização do português na nossa opinião: a) a internacionalização do português em espaços não lusófonos e; b) a internacionalização da variedade africana do português na lusofonia. Muitos músicos dos PALOP, muitos escritores, artistas plásticos e de qualquer forma, muitos estudantes bolsista ou não, muitos refugiados de guerra, refugiados políticos, refugiados económicos e sociais difundem a LP além fronteiras. A presença de um PALOP no Brasil, internacionaliza a variedade africana. A presença de um PALOP nos EUA não internacionaliza apenas a LP como também difunde a variedade africana do português.

Somos de opinião de que a LP pode se internacionalizar mais na África se os PALOP se sentirem “donos” da língua. Daí que a normatização das variedades traria a autoestima tanto no ensino quanto no uso cotidiano da variedade. A gramática pluricêntrica abre caminhos, abre um leque de oportunidades e dá confiança ao utente da língua. A existência da dicionários e de gramáticas dará mais autonomia para além de oferecer confiança aos cidadãos.

É preciso apoiar financeiramente os PALOP na instalação de cursos de LP nos países vizinhos, bem como a criação de exames e certificação de proficiência em português. A LP nos PALOP pode se internacionalizar mais quando os governos dos PALOP tomar consciência da relevância da “negociação linguística” com os países vizinhos. Em alguns países vizinhos dos PALOP (ex. África do Sul, Namíbia e Senegal) há ensino da LP. Mas essa iniciativa não é dos PALOP, mas sim trata-se do interesse desses países. Se os PALOP nem têm o seu próprio dicionário e sua própria gramática como podem incentivar países vizinhos a falar e a estudar português? Se os PALOP ainda são preconceituosos com as suas variedades e vêem o português de Portugal como modelo de variedade, como terão a coragem de ensinar os seus países vizinhos? É assunto para se pensar profundamente.

Por outro lado, as línguas autóctones não poderia ser descartada como alheio à CPLP. Os membros da CPLP pensam em LP à partir das línguas autóctones, daí da relevância de apoio para que falantes dessas línguas sejam estimuladas. O português africano é fruto das línguas africanas, o português brasileiro é fruto de línguas africanas e de línguas indígenas brasileiras, o português timorense é fruto das línguas asiáticas. Então, não se pode descartar a relevância dessas línguas na formação das variedades do português. Por isso que Ki-Zerbo compreendia que “os camponeses estão mergulhados num complexo de inferioridade, pelo fato de lhes falarem numa língua estrangeira. Devo dizer-lhe que, se passarmos ao registro das línguas africanas, os camponeses hão de se apresentar como a elite, e não como aqueles que se arrastam atrás e que devem ser puxados à força.” (KI-ZERBO, 2006, p.152). Ki-Zerbo dizia estas palavras para elucidar a igualdade de línguas. A LP veio somar na África e não para apagar as línguas autóctones. É justamente essa mentalidade que faz com que haja distanciamento estratégico para que as línguas locais continuem sendo de identidade e da cultura.

Referências Bibliográficas

- ANGONE, Ferdulis Zita Odome. Langue-frontière ou langue-franche. Carnets: revue électronique d'études françaises. Série II, n° 7, p. 173-19, mai 2016.
- BANDA, Felix; MWANZA, David Sani. Language-in-education policy and linguistic diversity in Zambia: an alternative explanation to low reading levels among primary school pupils. In: BANJA, Madalitso Khulupirika (ed.). *Selected readings in education*, p.109-132. Lusaka: University of Zambia Press, 2017.
- BARNES, Lawrie; McDULING, Allistair. The future of portuguese in South Africa: mainenance and shift factor. *Tylor & Francis Online*. v. 26, p. 147-162, 2008.
- BARRY, Alpha Ousmane. Le français et les langues nationales en Guinée : complémentarité ou accommodation ? in: NGLASSO-MWATHA, Musanji (Dir.). *Le français et les langues partenaires:*

- convivialité et compétitivité. Bordeaux : Presses Universitaires de Bordeaux, 2021, p.45-64. Disponível em: <<https://books.openedition.org/pub/42047>>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- BECKERT, Ronny. Kabuverdianu no sistema educativo em Cabo Verde e o seu status em relação ao português. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1224-1247, out.-dez. 2020.
- BEZERRA FERREIRA, José Genival. Cenário da língua portuguesa no Mercosul: o caso da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, v.11, n.17, p. 132-147, 2020.
- BOSTOCK, William W. South Africa's Evolving Language Policy: Educational Implications. *Journal of Curriculum and Teaching*. v. 7, n. 2; p.27-37, 2018. Disponível em:<<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1187814.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2021.
- CALVET, Louis-Jean. Autour d'Uriel Weinreich: langues en contact et sociolinguistique. *Gragoatá*, Niterói, v.26, n.54, p. 11-25, jan.-abr. 2021.
- CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politique linguistiques*. Paris: Hachette, 2006.
- CARVALHO, Ineida Romi Tavares Varela de; SÁ, Alcindo José de. O retorno de emigrantes e o problema de reinserção em Cabo Verde. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, n. 2, p.121-135, mai/ago. 2007.
- DARRIGOL, Adeline. État des langues en Guinée équatoriale. « État des langues en Guinée équatoriale », *Contextes et didactiques*. 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ced/682>>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- FRENETTE, Yves, et al. Francophonies nord-américaines:langues, frontières e idéologies. Laval: Presses de l'Université Laval, 2018.
- GORA, Ruth Babra. (Re-)integrating african languages into the zimbabwean school curriculum. In: SHIZHA, E.; MAKUVAZA, N. (Eds.), *Re-thinking Postcolonial Education in Sub-Saharan Africa in the 21st Century*, 2017, p.141–158.
- INE/GB. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau.*Recenseamento populacional*. Bissau. 2009.
- KABALE, Sim Kilosho. Le français et les langues nationales en République démocratique du Congo.In:NGLASSO-MWATHA, Musanji (Dir.). *Environnement francophone en milieu plurilingue*. Pessac: Presses Universitaires de Bordeaux. 2021, p.405-418. Disponível em:<<https://books.openedition.org/pub/35412> >. Acesso em: 12 dez.2021.
- KIAMBA, Claude-Ernest. *Construction de l'Etat et Politiques de l'Enseignement au Congo-Brazzaville, de 1911 à 1997*. Une contribution à l'analyse de l'Action publique en Afrique noire. Histoire, Philosophie et Sociologie des sciences. Institut d'études politiques de Bordeaux; Université Montesquieu - Bordeaux IV, 2007.

KI-ZERBO, Joseph . *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein.Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LABRUNE-BADIANE, Céline. Affirmation d’une identité afro-portugaise et éducation en Casamance fin du XIXe siècle début XXe siècle. *Afrika Zamani*, Nos 20-21, 2012-2013, p. 131-147.

2014. Disponível em: <https://codesria.org/IMG/pdf/6._badian.pdf?3797/c4b91fd06b4c634ba4e388f5b5341bcd0f55e026>. Acesso em: 12 dez.2021.

LEVISKI, Charlott Eloize; TIMBANE, Alexandre António. A Guiné-Equatorial no cenário lusófono: política e planejamento linguísticos. in: SOUZA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo.(Org.). *Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: U. Porto, 2020. p.119-135.

MAKITA, Jean-Claude Makomo. La politique linguistique de la R. D. Congo à l’épreuve du terrain: de l’effort de promotion des langues nationales au surgissement de l’entrelangue. *Synergies: afrique des grands lacs*. n°2, p.45-61, 2013. Disponível em:<https://gerflint.fr/Base/Afrique_GrandsLacs2/makomo.pdf>. Acesso em: 12 dez.2021.

MAKONI, Sinfree. A critical analysis of the historical and contemporary status of minority languages in Zimbabwe. *Current Issues in Language Planning*, v.12, n.4, p.437-455, 2011.

MATIKI, Alfred J. Language Planning and Linguistic Exclusion in the Legislative Process in Malawi. *World Congress on language policies*. p.1-16, 2002. Disponível em:<https://www.linguapax.org/wp-content/uploads/2015/07/CMPL2002_T1_AMatiki.pdf>. Acesso em: 12 dez.2021.

NAMIBIA. Ministry of Basic Education, Sport and Culture. *The Language Policy for Schools in Namibia*, Windhoek: MBESC, 2003. Disponível em:<https://www.moe.gov.na/files/downloads/ec9_Language_Policy%20for%20schools_discussion%20document%202003.pdf.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos*, Redenção-CE, v. 1, n. 01, p. 39-57, jan./jun.2017.

NGONYANI, Deo. Language shift and national identity in Tanzania. *Ufahamu: a journal of african studies*. v. 23, n.2, p.69-92, 1995. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/8072719q>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

OSMAN, Tamer. Why has english the language for all the written materials at the international level? Global. *Journal of humain-social Science*. v.7, n.6, p.12-26, 2017.

PITTON, Liliane Meyer. Visites bilingues à la frontière des langues : la mise en produit d’une situation linguistique pour le tourisme. *Langage & Société*, n° 163/1, p.11-32, 2018

POPULATIONDATA.NET (2018). Disponível em: <<https://www.populationdata.net/pays/guinee-equatoriale/>>. Acesso em: 12 dez.2021.

RIBEIRO, Valéria Lopes. Uma expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. *Textos de Economia*, Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36, jan./jun.2015.

SEVERO, Cristine G. Política (s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, v.7, n.2, p.451-473, 2013.

SEVERO, Cristine Gorski; LEVISKI, Charlott Eloize. Internacionalização da língua portuguesa: assimetrias, heterogeneidade e poder. *Organon*. v.36, n.71, p.1-16, 2019.

STEPHANOU, Angela. Os dez principais idiomas africanos mais populares. Pangea:translations experts. 19 jul.2018. Disponível em: < <https://www.pangea.global/blog/2018/07/19/10-most-popular-african-languages/>>. Acesso 17 dez. 2021.

TIMBANE, Alexandre A. *A variação e a mudança lexical da Língua Portuguesa em Moçambique*. 318f. (Tese). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996.

UNIVERSITÉ CHEIKH ANTA DIOP. Actes Du Colloque International Enseignement Réciproque Du Français Et Du Portugais En Afrique Occidentale, 6 et 7 décembre 2004, Dakar. Disponível em: <<https://www.unilat.org/Data/Publications/71.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2021.

VELEZ, Rui Manuel Proença Bonita. *As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)*. 2015.448f. (Tese). Departamento de História. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.